

O Brasil é engraçado: ao mesmo tempo em que dá inequívocas demonstrações de que quer modernizar-se, privatizando estatais, abrindo a economia, atraindo investimentos estrangeiros, mantém sobre as empresas uma carga tributária que cresce e se auto-reproduz ano a ano. O País fica assim meio como um caranguejo, um passo para a frente e outro para o lado, depois outro para trás, tentando seguir aos trambolhões, o que é muito pior – qualquer um medianamente inteligente sabe que o excessivo peso dos tributos afeta empregos, investimentos, produção, exportação e competitividade.

Agora, festeja-se o crescimento do “bolo” da economia, ou Produto Interno Bruto, medida dos bens e serviços produzidos no País, e que aumentou 4,9% no primeiro semestre de 1997 sobre igual período de 1996. Dois setores destacaram-se: a construção civil, com mais 55% de junho do ano passado para junho deste ano, e a indústria automobilística, com mais 48,8% em junho em relação a igual período do ano anterior.

Mas, no meio do bolo, está o in-

**Festeja-se o crescimento do bolo da economia: os setores que mais cresceram foram construção civil e automóveis**

digesto ingrediente de uma tributação que penaliza muito mais o setor produtivo que a média internacional. Os impostos indiretos, em cascata, a maior parte das receitas tributárias, obrigam as empresas a ter até 18% de seu pessoal administrativo para cuidar de obrigações tributárias.

Esse alimento indigesto do excesso tributário é que leva a que se assem dois “bolos”: um, dos setores formais da economia, com produtos que disputam com desvantagem em relação a seus similares estrangeiros, e outro, que vai no forno da economia informal – que, a julgar pelo consumo de energia, já corresponderia a 50% do PIB oficial, segundo alguns economistas e estatísticos.

(Se o leitor estiver lendo esse artigo em seu escritório iluminado ou à noite, em casa, com uma luz acesa, saiba que a energia elétrica que consome está sendo taxada em 25% – de cada R\$ 10,00 da conta de luz, R\$ 2,50 são impostos!)

Assim, claro que é difícil atender aos apelos para que o País participe do processo de globalização, inevitável, de qualquer forma, ou no sentido de que seus empresários sejam mais competentes, a fim de tornar suas empresas mais produtivas e competitivas. Mas, convenhamos, para a burocracia que, em sua maioria, locupletase dessa taxa excessiva, é fácil criticar e chamar empresários e operários de despreparados, forçando-os a lutar a luta de uma abertura que, já se reconhece, foi feita de maneira irresponsável, burra, criminosa até, em alguns casos.

Com tudo isso, anunciou-se há poucos dias que, nos próximos anos, o Brasil manterá sua carga tributária numa média de 30% do PIB, podendo chegar até aos 33%, embora a globalização exija que se corrijam as distorções que prejudiquem



Miguel Jorge \*

pois está provado à exaustão que aumentar impostos só torna o “bolo” murcho, sem gosto e rejeitado pelos contribuintes.

Por exemplo: no período 1988/96, segundo dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os governos municipais tiveram os maiores aumentos reais de receita própria, que cresceu 172,7%, comparado com os 62,3% dos governos estaduais. Na área federal, um destaque: nos primeiros sete meses deste ano, a arrecadação

o crescimento (e há maior distorção que essa carga tributária?).

Aparentemente, é difícil de entender. Mas o economista Ricardo Varsano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), tem a resposta: aumentar os impostos foi a escolha dos governos federal e estaduais para terem mais recursos. Caminho errado, claro,

da Previdência Social aumentou 8,1% em termos reais, surpreendendo o próprio governo.

Com absoluta correção, editorial da Gazeta Mercantil concluiu que mais importante que elevar impostos seria desenvolver mecanismos adequados de controle e de fiscalização dos gastos públicos, o que não vem ocorrendo, apesar das muitas promessas.

Outra pesquisa do Ipea, publicada pelo Estadão, revelou que reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre doze produtos da cesta básica teria fulminante impacto positivo sobre a distribuição de renda no País. A pesquisa mostrou que só aumentar o salário mínimo não melhora essa distribuição e que ainda há muito espaço para adotar políticas públicas que reduzam a concentração de renda.

Claro que é ótimo fazer o “bolo” crescer – a estabilização econômica trazida pelo Plano Real acumulou

crescimento de 14,69% em três anos – mas pode-se imaginar que esse número seria muitíssimo maior se já tivesse sido feita a reforma tributária de que tanto o País precisa.

É necessário entender, de uma vez por todas, que impostos elevados não são fermento no “bolo” do crescimento econômico – ao contrário, quanto menos se carregar nos tributos, taxas e contribuições, mais a economia crescerá.

O mais incoerente é aumentar o peso dos impostos sobre os ombros de quem produz, exatamente quando o País se encontra diante do desafio da globalização. Aqui, enquanto governos

insistem na velha, surrada e burra fórmula de aumentar impostos – até para manter uma burocracia geralmente ineficiente e incompetente –, teremos de competir com quem já superou esse problema há muito tempo e, exatamente por isso, conseguiu ser mais produtivo e mais competitivo que nós.

\* Jornalista, vice-presidente de Recursos Humanos e Assuntos Corporativos da Volkswagen do Brasil.

# Assim, o bolo murcha

Economia-Brasil

- 2 SET 1997

GAZETA MERCANTIL